

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A. - em recuperação judicial

31 de dezembro de 2007, as reduções relativas às subvenções e assistências eram registradas diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital - subvenções para investimento. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da reserva era de R\$3.561. c) Reservas de lucros - Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme artigo 31 do seu Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da reserva era de R\$11.366. Reserva para contingências - É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do Estatuto Social, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da reserva era de R\$ 56.444. Reserva de incentivos fiscais - A partir de 2008, as subvenções passaram a ser registradas diretamente no resultado do exercício e, posteriormente, transferidas para a reserva de lucros - incentivos fiscais. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, em função do prejuízo do exercício, não houve incentivo apurado e, logo, não houve destinação para essa reserva. Reserva de retenção de lucros - Em conformidade com o artigo 31 do Estatuto Social, a Companhia após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, constituirá a reserva de retenção de lucros (artigo 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), que foi emitido em 16 de dezembro de 2016. Em 2017, a Reserva de retenção de lucros absorveu os prejuízos apurados no exercício, que totalizaram R\$ 4.527 (2016: R\$ 9.986). Em 31 de dezembro de 2018, o montante dessa reserva é de R\$16.856 (2017: R\$ 16.856). d) Ajuste de avaliação patrimonial - Refere-se ao custo atribuído (*deemed cost*) dos terrenos no montante de R\$ 12.661, em 31 de dezembro de 2018 e 2017. e) Dividendos mínimos obrigatórios - A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o período de 2018, a entidade optou pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos não distribuídos foram destinados às outras reservas constituídas. f) Recursos para aumento de capital - A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 1999, aprovou a emissão de 20.137.068 debêntures, sendo 15.123.051 debêntures conversível em ações, no montante de R\$15.123, e 5.014.017 debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$5.014. As debêntures foram emitidas pela Companhia nas condições definidas na Lei nº 8.167/91 e no Decreto nº 101/91, consoante deliberação da referida Assembleia. O prazo de carência original contratado seria de três anos e o vencimento em 6,5 anos, já incluindo o prazo de carência, a partir da data de emissão. A atualização prevista compreende TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo mais juros fixos de 4% ao ano. O único debenturista é o FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia. A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, definiu os seguintes benefícios e condicionantes às debêntures emitidas: i) Permitiu que as debêntures inconversíveis fossem resgatadas mediante a emissão de novas debêntures conversíveis em ações desde que a Companhia manifestasse interesse, o que ocorreu, no prazo, em 2012. Este resgate estava condicionado à obtenção do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI); ii) Estabeleceu que os novos prazos de carência e de vencimento das debêntures seriam equivalentes ao prazo de implantação do empreendimento; iii) Dispensou as debêntures dos encargos financeiros, a partir de 23 de agosto de 2000, desde que o atraso na implantação do projeto não pudesse ser imputado à beneficiária; iv) Condição que as operações de conversão das debêntures emitidas se realizassem no prazo máximo de um ano a contar da emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), findo o qual as debêntures seriam exigíveis; A dispensa dos encargos, até 24/08/2000, no valor de R\$ 73.926.450,64 foi deferida através do Despacho do DFRP nº 620 e do Ofício nº 680/2012/CGIP/DFRP/SFRI-MI, ambos de 13 de julho de 2012, do Ministério da Integração Nacional, homologada e contabilizada pelo BASA/FINAM, a qual foi aceita e confirmada consoante deliberação da AGE realizada em 16/11/2012. O saldo devedor de debêntures conversíveis e inconversíveis, na data de 24/08/2000, ficou reduzido a R\$ 23.007, o qual permaneceu congelado até a data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). O prazo de um (1) ano para a conversão, previsto na MP 2.199-14 é contado de 08/12/2016. Obtido o CEI, em 16 de dezembro de 2016, a Companhia solicitou ao Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos, do Ministério da Integração Nacional a elaboração do Parecer Técnico previsto no art. 63 da Portaria MI 53/2016 que substanciará a aprovação do pleito relativo ao Resgate das Debêntures não Conversíveis mediante a emissão de novas debêntures conversíveis; e, ratificou a decisão de, simultaneamente, converter as debêntures conversíveis de origem e as novas debêntures emitidas, em ações preferenciais; O processo de conversão de todas as debêntures em ações preferenciais foi concluído em 10 de novembro de 2017, quando, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante a conversão de debêntures em ações preferenciais classe C, as quais foram subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM). O saldo devedor de debêntures conversíveis e inconversíveis, na data de 31 de dezembro de 2018 R\$ 270.503 (2017 R\$ 250.906).

18. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta de vendas de produtos	1.109.724	928.925
(-) Devoluções mercado interno	(7.117)	(4.867)
(-) Impostos sobre faturamento	(107.611)	(101.343)
	994.996	822.715

19 Receita (despesas) por natureza e função

	2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	(397.301)	(318.011)
Pessoal e encargos	(96.608)	(95.049)
Frete e carretos	(83.006)	(81.951)
Energéticos	(96.273)	(84.793)
Depreciação e amortização	(41.994)	(51.160)
Gastos compartilhados	(18.319)	(11.208)
Perdas em operações de crédito	(15.676)	(8.073)
Outros	(75.705)	(102.397)
	(824.882)	(752.642)
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(681.378)	(615.333)
Vendas	(125.786)	(112.269)
Administrativas e gerais	(44.221)	(30.743)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.503	5.703
	(824.882)	(752.642)

20. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Variações monetárias	12	1.073
Descontos obtidos	263	182
Rendimentos de aplicações	738	470
Juros ativos	2.327	4.744
Receita com empréstimos de partes relacionadas	4.783	264
Outras	1	-
	8.124	6.733
Despesas financeiras		
Juros passivos	(4.222)	(9.409)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(36.465)	(54.816)
Juros de empréstimos de partes relacionadas	(16)	(658)
Descontos concedidos	(576)	(703)
IOF	(24)	(339)
IRRF	(55)	(206)
Comissões e corretagens	(1.370)	(1.067)
Encargos financ. sobre desconto de duplicatas	(12.923)	(8.313)
Outras despesas financeiras	(1.183)	(1.741)
	(56.834)	(77.252)
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	16.240	7.566
Variações cambiais passivas	(28.383)	(12.785)
	(12.143)	(5.219)
	(60.853)	(75.738)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia decorrente da volatilidade dos mercados. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para se proteger de certas exposições ao risco. A Companhia segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações. b) Gerenciamento dos riscos - A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa. A Companhia é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações contábeis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.